

Razões do desmonte

Ruy Lopes

Há dias, o professor Dércio Garcia Munhoz, uma das poucas figuras realmente respeitáveis no campo da economia no Brasil, escreveu nesta mesma página um alentado artigo ("Prioridade: desmontar o desmonte") sobre a chamada operação desmonte. Nesse trabalho, o antigo assessor de Tancredo analisa as relações entre o Banco Central e o Tesouro, apontando distorções que poderão tornar inviável qualquer projeto de recuperação das finanças públicas.

O professor Munhoz cingiu-se a um pormenor específico, naturalmente para poder examiná-lo com maior profundidade dentro do espaço limitado de um artigo de jornal. Mas de sua leitura brotam de imediato muitas outras observações sobre o propalado desmonte. Em especial observações de caráter político.

Para consumo do grande público, o Governo espalhou a versão de que a revisão dos gastos tornava-se necessária em face da reforma tributária implantada pela nova Constituição. Como a União deverá perder receitas estimadas em cerca de 17% da arrecadação atual, teria que repassar para os estados e municípios encargos de igual monta. Com a diminuição de sua fatia no bolo de tributos, a União não teria recursos para enfrentar tais despesas.

Parece rigorosamente lógico, mas é rigorosamente falso, como tentaremos demonstrar.

O fator que determina o nível real de arrecadação da União, no estágio em que nos encontramos, não é o número de pequenos tributos, mas o ritmo da inflação. A explicação é bastante simples.

Entre o fato gerador do imposto e a entrada do dinheiro no caixa do Tesouro há um intervalo que pode chegar a sessenta dias, em determinados casos. O Ministério da Fazenda vem tentando escolher esses prazos, mas parece que a média ainda está acima dos 40 dias.

Em um sistema financeiro com moeda estável, esse prazo entre a geração e o recolhimento tem efeitos desprezíveis. Representará no máximo um desconto da ordem de um por cento, no total devido pelo contribuinte.

Quando a inflação chega aos 10% ao mês, esse desconto — e portanto, a perda do Tesouro — já atinge valores consideráveis. No nível de 20% de inflação, como é o nosso, o imposto diminui cerca de 40% antes de ser entregue ao Governo.

Logo, os 17% tomados da União pela reforma tributária são na verdade importantes, mas não justificam todo esse escândalo em torno das dificuldades que a Constituinte criou. Muito pior do que esses 17% são os 40% que o Governo perde por causa da inflação. Bastaria corrigir esse lado que sobriaria muito dinheiro.

A única desvantagem é que não se poderia falar então em crise de governabilidade.